

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FRANCA/SP – CMDCAF –

20/05/2026. No dia vinte de maio de dois mil e vinte e seis, às 08h00, foi realizada a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca – CMDCAF, na Rua Coronel Tamarindo, 2851, Estação - Sala de reuniões. Sob a condução da Presidente Christiane, que deu início à reunião fazendo a leitura da pauta da ordem do dia composta 1. Chamada de Verificação do Quórum; 2. Apresentação de Justificativa dos conselheiros ausentes; 3. Aprovação da Pauta - Ordem do Dia; 4. Conferência; 5. Ofício nº328/2026 – Solicitação Conselho Tutelar; 6. Ofício nº285/2026 – Ação na Educação Conselho Tutelar; informes: 1. Apostilamento do "Projeto Arte e Movimento - Expressão e Protagonismo" – PROREAVI; 2. Devolutiva do Curso de Conselheiro da Escola Estadual de Conselhos do Estado de São Paulo; 3. Conclusão Atualização da Minuta da Lei CMDCAF do CT, O Vice-Presidente Eric informou que, por falta de quórum, a reunião não teria início no horário previsto. A Presidente Christiane ressaltou a necessidade de deliberações importantes, especialmente relacionadas à Conferência, que não poderá ser realizada no mês de maio. Após a chegada do Conselheiro Alex e da Conselheira Angélica, a reunião teve início. Com a confirmação de quórum, o Vice-Presidente Eric colocou a pauta em votação, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, a Conselheira Geovana solicitou a inclusão na pauta do item "Conclusão da Atualização da Minuta da Lei do CMDCAF (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca) e do CT (Conselho Tutelar)". A Presidente Christiane inverteu a ordem da pauta, iniciando pelos informes. Informou sobre o recebimento do apostilamento do "Projeto Arte e Movimento – Expressão e Protagonismo", da entidade PROREAVI, referente ao último chamamento realizado para o projeto. A entidade solicitou apostilamento para reajuste do plano de trabalho, o qual já se encontra na SEDAS, tendo passado pelo monitoramento, sido revisado e aprovado, restando apenas dar ciência ao colegiado sobre o retorno encaminhado à entidade. Na sequência, passou-se à devolutiva do Curso de Conselheiros promovido pela Escola Estadual de Conselhos do Estado de São Paulo. A Presidente Christiane solicitou apoio da Conselheira Roberta para relatar a experiência. A Conselheira Roberta informou que o curso ocorreu há aproximadamente dois meses e que participou dos três dias do primeiro momento. Relatou que houve a participação de um palestrante externo do Instituto Potencial, o qual realizou um resgate histórico sobre a infância e adolescência, além de promover dinâmicas em grupo sobre os principais desafios, facilidades e condições de trabalho

36 dos Conselhos de Direitos. Destacou que foi possível perceber diferenças significativas
37 entre os municípios, principalmente aqueles menores, que apresentavam dúvidas mais
38 básicas sobre o funcionamento e fortalecimento dos Conselhos. Considerou a
39 experiência muito rica e sugeriu a possibilidade de convidar o palestrante futuramente.
40 O Vice-Presidente Eric complementou informando que o curso trouxe uma importante
41 retrospectiva sobre a organização dos Conselhos e dos eventos, ressaltando que não
42 é necessário realizar muitas ações, mas sim garantir qualidade e efetividade nas que
43 forem executadas. Também destacou a diferença estrutural entre o município de
44 Franca e municípios menores. A Conselheira Geovana sugeriu a criação de uma
45 comissão de acolhimento e transição, com o objetivo de orientar novos conselheiros
46 sobre a legislação, questões pendentes e o funcionamento do Conselho. Em seguida,
47 a palavra foi passada à Conselheira Geovana para tratar sobre a conclusão da
48 atualização da Minuta da Lei do CMDCAF e do Conselho Tutelar. Informou que a
49 comissão trabalhou intensamente, considerando que a legislação é extensa e aborda
50 diversos assuntos. Relatou que a minuta foi finalizada e encaminhada ao Jurídico,
51 destacando que o processo foi trabalhoso, pois frequentemente era necessário retomar
52 artigos anteriores para revisão. Apesar das dificuldades, a comissão conseguiu concluir
53 o trabalho e agora o objetivo é efetivar a atualização. A Presidente Christiane
54 parabenizou e agradeceu à comissão pelo empenho, ressaltando que houve dois
55 encontros no mês e que foi possível avançar em uma demanda antiga do Conselho. A
56 Conselheira Roberta destacou que, embora seja um trabalho complexo, o resultado
57 possui grande significado. Na sequência, a Presidente Christiane iniciou a discussão
58 sobre a Conferência. Informou que ainda é necessária a publicação de uma Resolução
59 orientativa do CONDECA, contendo definições sobre propostas, número de delegados
60 e metodologias da Conferência. Relatou que o CONDECA informou que a resolução
61 será publicada apenas em junho, impossibilitando a realização da Conferência antes
62 disso. A Presidente ressaltou que as pré-conferências já haviam sido realizadas e
63 foram experiências muito ricas, apesar de algumas dificuldades relacionadas ao lanche
64 e transporte, pontos que poderão ser melhorados nas próximas edições. Destacou
65 ainda a riqueza das contribuições das crianças e adolescentes, mencionando
66 especialmente a pré-conferência da região Oeste, conduzida pela Conselheira Andreia,
67 na qual as crianças questionaram quais ações seriam realizadas a partir das falas
68 apresentadas. Diante disso, a Presidente propôs o adiamento da Conferência e a
69 revogação da portaria vigente. Informou ainda que em consulta realizada junto ao Uni-
70 FACEF, foi disponibilizada a data de 26 de junho para utilização das salas destinadas à

71 realização da Conferência. Explicou que será necessária uma reorganização geral,
72 incluindo materiais e alinhamentos junto à comissão de eventos. Foi então colocada
73 em votação a revogação da portaria vigente e a abertura de uma nova portaria com
74 previsão de realização da Conferência no dia 26 de junho, sendo a proposta aprovada
75 pelo colegiado. Ficou definido que o evento ocorrerá no mesmo local anteriormente
76 previsto e que será realizada uma nova organização junto à comissão de eventos. A
77 Conselheira Eliane questionou se não seria possível apenas cancelar a portaria atual e
78 indicar uma data provável, evitando a necessidade de novo cancelamento caso a
79 resolução estadual não seja publicada a tempo. Foi esclarecido que a questão será
80 verificada juridicamente, especialmente em relação ao prazo mínimo para publicação
81 da data da Conferência, porém não é possível inserir data provável em portaria. A
82 Presidente Christiane informou ainda que foi encaminhado e-mail ao CONDECA
83 relatando a situação do município, destacando a ausência da Resolução Estadual, a
84 proximidade do período eleitoral e a preocupação em não deixar a organização da
85 Conferência para a próxima gestão. Contudo, até o momento não houve retorno.
86 Também explicou que, após o encerramento da Conferência, é necessário encaminhar
87 documentação ao CONANDA, motivo pelo qual é preciso atenção aos prazos
88 relacionados às portarias. A Conselheira Geovana destacou que seria interessante
89 manter a data junto ao CONANDA como forma de pressionar o CONDECA,
90 demonstrando que o município já está organizado para realização da Conferência. A
91 Conselheira Hezilmara acrescentou que nada impede que toda a organização fique
92 preparada para a próxima gestão. Ao final das discussões, ficou definido que a portaria
93 vigente será revogada e que a secretária executiva Alba realizará levantamento sobre
94 os prazos legais para publicação de nova portaria. Caso a resolução estadual ainda
95 não tenha sido publicada, o assunto retornará ao colegiado para nova deliberação. Em
96 seguida, a Presidente Christiane apresentou o Ofício nº 328/2026, do Conselho Tutelar,
97 referente à solicitação de custeio para participação no “1º Encontro Nacional da Rede
98 de Proteção do Sistema de Garantia de Direitos”, que ocorrerá nos dias 25, 26 e 27,
99 em Ribeirão Preto, com custo de R\$ 360,00 por participante. A Presidente destacou
100 que o CMDCAF vive um momento financeiro delicado devido às demandas da
101 Conferência e ressaltou que tanto a atual quanto a gestão anterior já investiram em
102 capacitação continuada para os conselheiros tutelares. Informou que, embora
103 reconheça a importância do evento, entende que neste momento não há necessidade
104 de novo investimento. A questão foi colocada em discussão e, posteriormente, em
105 votação, sendo aprovada a negativa do custeio solicitado. Na sequência, foi

106 apresentado o Ofício nº 285/2026 – Ação na Educação do Conselho Tutelar,
107 solicitando apoio do CMDCAF em roda de conversa com pais e responsáveis de
108 crianças e adolescentes, a ser realizada no dia 26 de maio, às 08h00. O Conselho
109 Tutelar abordará temas relacionados ao serviço de acolhimento e ao Estatuto da
110 Criança e do Adolescente (ECA). Foi solicitado apoio do CMDCAF para tratar do tema
111 “Uso responsável da Internet e Proteção no ambiente digital – ECA Digital”. A
112 Presidente Christiane destacou que o tema ainda é recente para o colegiado, mas
113 informou que a estagiária Maria Fernanda já desenvolve projeto de extensão da
114 Universidade de Franca (UNIFRAN), intitulado “Direito & Tecnologia: Uso Consciente
115 na Infância”, juntamente com um grupo de alunos que estudam o tema. Diante disso,
116 propôs a participação do grupo na ação. A Conselheira Roberta sugeriu que também
117 houvesse um momento de formação para o próprio Conselho, considerando que o
118 tema ainda está em processo de aprofundamento pelo colegiado. A proposta foi
119 colocada em votação e aprovada. A Maria Fernanda informou que já vinha realizando
120 estudos sobre o tema, abordando benefícios e consequências do uso da tecnologia no
121 desenvolvimento infantil. A Presidente questionou se mais algum conselheiro poderia
122 participar da ação. A Conselheira Débora e o Conselheiro Alex informou
123 disponibilidade para participar. A Conselheira Geovana relatou que possui
124 compromisso na data, mas tentará reagendar para comparecer. Por fim, a Conselheira
125 Geovana destacou a necessidade de organização da comissão eleitoral, visando
126 garantir prazo hábil para solicitação das indicações, e informou que serão necessárias
127 duas reuniões no mês de junho. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.
128 Eu, Alba Valéria de Oliveira Ruiz Biondi, lavrei a presente ata, que, após lida e
129 aprovada, será assinada e publicada no endereço eletrônico oficial:
130 <https://www.franca.sp.gov.br/conselhos/cmdcaf>